



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA
PERNAMBUCO
CASA DR. MANOEL BORBA

PROJETO DE LEI Nº 010 /2023.

Institui a Política de Incentivos ao Desenvolvimento da Geração de Energia Solar e fotovoltaica, no Município de Timbaúba e dá outras providências

A CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA, Estado do Pernambuco, no uso de suas atribuições Legais, APROVOU e o Poder Executivo SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a política para incentivos à produção e utilização de energia solar e fotovoltaica no âmbito do Município de Timbaúba-PE.

Art. 2º São objetivos da Política de Incentivo à geração e aproveitamento da energia solar e fotovoltaica:

- I - Promover estudos e estabelecer metas, normas, programas, planos e procedimentos que visem o aumento da participação da energia solar e fotovoltaica na matriz energética de Timbaúba;
- II - Estimular, como forma de diminuir o consumo das diferentes fontes de energia, os investimentos e a implantação dos sistemas de energia renovável, ecologicamente corretos;
- III - Contribuir para a melhoria das condições de vida das famílias de baixa renda;
- IV - Estimular o uso de energia termo solar em unidades residenciais e industriais;
- V - Reduzir a demanda de energia elétrica;
- VI - Diminuir os impactos ambientais;
- VII - Redução das emissões de poluentes e de gases de efeito estufa e consequente melhoria na qualidade de vida;
- VIII - Estimular a geração de empregos e a formação profissional na cadeia produtiva e de serviços relativos aos sistemas de energia solar e fotovoltaica;
- IX - Reduzir o consumo de energia produzida por fontes não renováveis no município.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

PERNAMBUCO
CASA DR. MANOEL BORBA

Art. 3º Em face dos benefícios do uso das energias renováveis e das barreiras atualmente existentes, ficam estabelecidas as seguintes diretrizes para o incentivo à geração e aproveitamento da energia solar e fotovoltaica:

I - Apoiar a implantação de sistemas de produção de energia solar e fotovoltaica;

II - Criar mecanismos para facilitar o fomento à fabricação, ao uso e à comercialização dos produtos inerentes ao sistema da energia solar e fotovoltaica;

III - Conceder incentivos fiscais e tributários às empresas que optarem pelo uso da energia solar e fotovoltaica;

IV - Promover campanhas educativas sobre as vantagens do uso da energia solar e fotovoltaica.

Art. 4º A autogeração de energia elétrica que trata esta LEI deverá produzir energia de fontes exclusivamente renováveis.

Art. 5º Fica autorizado o Poder Executivo a estabelecer, critérios de desconto ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, proporcional ao índice de aproveitamento de energia solar e fotovoltaica.

Art. 6º Estarão aptos a aderir a programas de incentivos fiscais, as pessoas físicas e jurídicas que produzirem no mínimo 5% do total do consumo de energia elétrica.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a implantar uma usina de energia fotovoltaica para geração de energia solar, destinada a redução de custos em estabelecimentos públicos e da tarifa de iluminação pública, bem como melhorias no sistema de iluminação de Timbaúba.

Art. 8º O poder público municipal deverá priorizar a implantação de semáforos com funcionamento por energia fotovoltaica.

Art. 9º. Os projetos básicos de construção de novas unidades educacionais do município deverão contemplar a possibilidade de se instalar sistemas de captação de energia solar e/ou fotovoltaica.

Parágrafo Único. O Poder Público poderá ampliar a política de instalação prevista no caput, de acordo com a viabilidade técnica e econômica, aos demais próprios públicos existentes.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA
PERNAMBUCO
CASA DR. MANOEL BORBA

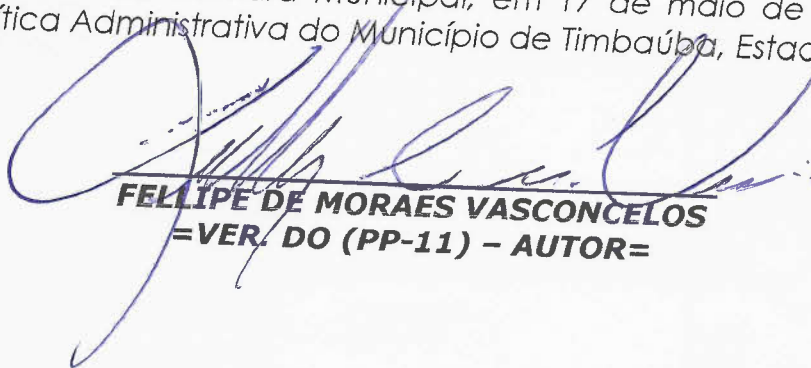
Art. 10. As despesas para a execução e a consequente aplicabilidade desta Lei, correrão por conta de dotação orçamentária própria vigente, ou suplementada se necessário.

Art. 11. Caberá ao Poder Executivo regulamentar esta Lei por DECRETO.

Art. 12. Fica revogada a Lei nº 2,829, de 14 de agosto de 2013, que "Autoriza o Poder Executivo a instituir o programa de incentivo ao uso de energia solar nas edificações e dá outras providências".

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, em 17 de maio de 2023; 144 anos de Emancipação Política Administrativa do Município de Timbaúba, Estado de Pernambuco.


FELIPE DE MORAES VASCONCELOS
=VER. DO (PP-11) - AUTOR=



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA
PERNAMBUCO
CASA DR. MANOEL BORBA

JUSTIFICATIVA

AO PROJETO DE LEI Nº ____/2023.

Exmo. Senhor Prefeito,
Exmo. Srs. (a) Vereadores:

O Presente projeto de Lei ora objeto de apreciação por esta Egrégia Câmara de Vereadores "Casa Dr. Manoel Borba", tem como objetivo prioritário em sua ementa: **"Institui a Política de Incentivos ao Desenvolvimento da Geração de Energia Solar e fotovoltaica, no Município de Timbaúba e dá outras providências"**,

Considerando que nosso município apresenta elevado potencial para o aproveitamento de energia solar, em áreas urbanas e rurais, representando uma oportunidade estratégica para a geração de renda e empregos locais de qualidade e para a estruturação de nova cadeia produtiva, advinda de sua crescente viabilidade frente às atuais tarifas de energia; A energia solar contribuirá para diversificar e dinamizar a economia do Município, visto que há significativo interesse e apoio da sociedade para a geração e uso de energia solar em residências, comércios, serviços, indústrias e no meio rural e no transporte público e individual;

Considerando a Resolução Normativa nº 482/2012 e 687 da ANEEL e previsto na NTC 905200 da COPE, que trata das normas de Implementação de Energia Solar nos Prédios Públicos e Privados no intuito de promover a sustentabilidade, contribuindo diretamente na promoção do meio ambiente ecologicamente equilibrado no âmbito do Poder Público Municipal, nos termos do artigo 225, da Constituição Federal, que diz:

"Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

Considerando o sistema fotovoltaico utiliza a irradiação solar para gerar energia elétrica, razão pela qual ao contrário da energia convencional, a energia solar se caracteriza como inesgotável. Além de ser uma das melhores fontes para a geração de energia elétrica, inclusive frente às demais fontes renováveis, a energia solar fotovoltaica é um excelente investimento e uma alternativa para expansão da oferta de energia com menor impacto ambiental. Muitos são os benefícios da energia solar fotovoltaica para os usuários, e muito maiores são os benefícios para o meio ambiente. Além disso, visa o Projeto de Lei Parlamentar estabelecer a adoção de diretrizes e objetivos de utilizar a energia solar para a promoção da segurança e diferenciação energética, economia de demanda com diversificação de produção de energia elétrica, redução das emissões de poluentes e de gases de efeito estufa e melhoria na qualidade de vida e do meio ambiente.



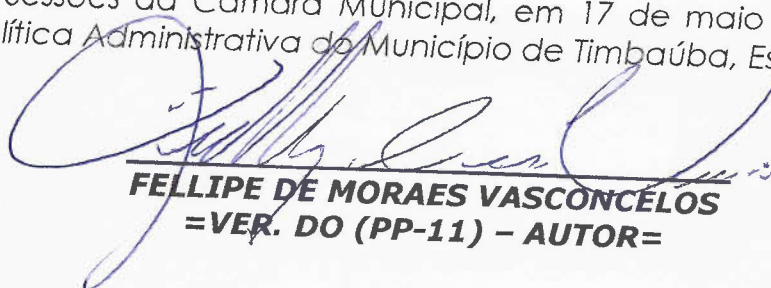
CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

PERNAMBUCO

CASA DR. MANOEL BORBA

Pelo exposto, dada a relevância da matéria, esperamos poder contar com o apoio dos nossos ilustres Pares nesta Casa de Leis para a sua aprovação, onde querendo Vossas Excelências poderão subscrevê-lo.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, em 17 de maio de 2023; 144 anos de Emancipação Política Administrativa do Município de Timbaúba, Estado de Pernambuco.


FELIPE DE MORAES VASCONCELOS
=VER. DO (PP-11) - AUTOR=



"Painéis fotovoltaico que geram energia elétrica direto do sol"